

EVIDÊNCIAS

Nº 21 | Dezembro 2025 ISSN 2675-1674



FARMÁCIAS VIVAS NO SUS: INFORMAÇÃO, ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS

Projeto desenvolvido pelo ObservaPICS, em conjunto com o Ministério da Saúde e outros atores, estrutura plataforma de dados sobre serviços de fitoterapia no Sistema Único de Saúde e articula estratégias regionais de apoio em três estados.

- **Ciência** | App desenvolvido durante doutorado contribui na educação em Pícs
- **Formação** | Atividades do projeto Saúde e Bem Viver concluídas em oito estados
- **Integrando Saberes** | Reconexão de conhecimentos e práticas ancestrais afrobrasileiras
- **Parceria** | Mais interação em rede e com a ciência na edição 2026 do Congrepícs

PAINEL DO LEITOR

GRUPO DE PESQUISA



“Sou fisioterapeuta, com mestrado em biotecnologia em plantas medicinais. (<http://lattes.cnpq.br/5309127726860794>). Respondo tecnicamente pela clínica escola de fisioterapia da Unidavi, localizada em Rio do Sul(SC), onde atendemos usuários do SUS do município. Na matriz curricular do curso de fisioterapia, os acadêmicos aprendem a aplicar a auriculoterapia, incluída no tratamento dos nossos pacientes, que dão retorno positivo sobre essa assistência. De que forma poderíamos nos associar ao grupo de pesquisa sobre o uso das Pics no SUS?”

- Josie Budag Matsuda (SC)

RESPOSTA: O ObservaPICS/Fiocruz não realiza no momento seleção para ingresso de profissionais em grupos de pesquisa. Recomendamos buscar, em seu estado ou região, instituições que tenham equipes de pesquisadores trabalhando com a temática. Disponibilizamos informações de mapeamento feito junto a grupos financiados pelo CNPq: <https://doi.org/10.35078/AIYPFK/7TNKD5>

Evidências é o boletim quadrimestral do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (**ObservaPICS**), vinculado à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (**VPAAPS**) da Fiocruz. A publicação, voltada a atores do SUS, é digital e pode ser acessada gratuitamente no formato PDF e HTML pelo site observapics.fiocruz.br/boletim/.

É permitida a reprodução do conteúdo divulgado, desde que citada a fonte, sendo proibido o uso para fins comerciais.

Endereço: Instituto Aggeu Magalhães | Fiocruz Pernambuco - Nesc, 4º andar, Salas 3 e 4. Av. Professor Moraes Rego, s/n – Campus Recife Cidade Universitária – Recife/PE. CEP: 50.740-465. Telefone: (81) 2101-2580. Website: observapics.fiocruz.br
Sugestões, comentários e perguntas: comunica.observapics@fiocruz.br

EXPEDIENTE

Coordenação geral

Islândia M. Carvalho de Sousa

Pesquisadores

André Luiz Dutra Fenner

Inês Nascimento de Carvalho Reis

Mirna Barros Teixeira

Patrícia Pássaro da Silva Toledo

Pedro Carlessi

Produção

Redação e edição

Veronica de Almeida Silva

Jornalista DRT-PE 1933

Fabíola Tavares de Oliveira

Jornalista DRT-PE 2546

Projeto gráfico e diagramação

Bruno Flávio Espíndola Leite

Apoio técnico

Carine Bianca Ferreira Nied

Gisléa K. Ferreira da Silva

Jaqueline de Cássia N. Velloso

Thays Aquino

Conselho editorial

Adriana Falangola B. Bezerra
UFPE

Carmem Verônica Abdala
Bireme/Opas/OMS

Charles Dalcanale Tesser
UFSC

Daniel Miele Amado
Ministério da Saúde

Islândia M. Carvalho de Sousa
Fiocruz PE

Nelson Filice de Barros
Unicamp

Paulo Cesar Basta
Ensp/Fiocruz

Vera Lucia Luiza
Ensp/Fiocruz

Fortalecendo a fitoterapia no SUS

O Projeto Ativa Farmácia Viva, executado pelo ObservaPICS/Fiocruz em parceria com o Ministério da Saúde, RedesFito e cientistas colaboradores, é o foco principal desta edição 21 do Boletim Evidências. Apresentamos dados do levantamento junto a serviços do SUS e estratégias de articulação regionalizada.

Ainda sobre o tema fitoterapia, convidamos autores para edição especial da Revista Saúde em Debate, do Centro Brasileiro de Educação em Saúde (Cebes), com abertura para relatos de experiências técnicas e comunitárias. Nessa 5ª edição do Evidências, uma entrevista com o coordenador do Movimento Pela Saúde dos Povos, completa a temática, abordando a importância da inclusão do conhecimento gerado nas comunidades.

O Boletim 21 divulga também um aplicativo desenvolvido em pesquisa de doutorado que auxilia na educação sobre Pícs, reflete sobre saberes ancestrais de comunidades afro-brasileiras, mostra resultados do projeto Saúde e Bem Viver e lembra que vem aí o 5º Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Congrepics). Boa leitura!

ÍNDICE

5 **EXPERIÊNCIA**

| Ativa Farmácia Viva: plataforma com dados, análises e articulação em rede

16 **CIÊNCIA**

| Aplicativo informa e educa profissionais de saúde sobre Pics

18 **INTEGRANDO SABERES**

| Medicina Tradicional Afro-brasileira: reconexão de conhecimentos e práticas ancestrais

21 **FORMAÇÃO**

| Saúde e Bem Viver inova formação no cuidado integral

24 **PARCERIA**

| 5º Congrepics reunirá na Bahia discussões sobre 20 anos de política nacional



Fotos: Farmácia Viva de Jardinópolis (SP). Crédito : Divulgação.

Projeto cria plataforma de dados e fortalece a articulação das farmácias vivas

O Projeto Ativa Farmácia Viva, lançado em maio de 2025 pelo Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ObservaPICS/Fiocruz) em parceria com o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (DAF/SCTIE/MS), avança na construção de uma plataforma de dados sobre serviços de fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) e definição de modelos práticos para apoiar gestores nos estados e municípios na implantação, funcionamento e avaliação dos serviços.

A Plataforma Nacional de Informações sobre a Fitoterapia no SUS tem a proposta de “tornar mais clara, acessível e participativa a gestão da informação sobre os projetos de fitoterapia em atividade ou implantação no território nacional”, explica o pesquisador Pedro Carlessi, colaborador do ObservaPICS/Fiocruz e um dos coordenadores do Ativa Farmácia Viva. Por meio dela, toda a população poderá verificar farmácias vivas, ervanarias, hortos e farmácias públicas de manipulação de fitoterápicos distribuídos por estados. Os coordenadores desses serviços poderão solicitar alterações das informações disponí-

veis, mantendo os dados sempre atualizados.

A plataforma foi alimentada com dados gerados na escuta dos municípios e com análises técnicas e científicas produzidas pelo projeto Ativa Farmácia Viva. E encontra-se em fase de validação por instituições parceiras e da sociedade civil, a exemplo da Associação Brasileira de Farmácias Vivas e do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Em breve, em 2026, será lançada.

Na primeira etapa do Ativa Farmácia Viva, uma consulta ouviu representantes de 159 serviços de plantas

medicinais e fitoterapia, apoiados pelo Ministério da Saúde por meio de editais de 2012 e 2024. Somados aos identificados em 2021 pela pesquisa Cartografia da Fitoterapia no SUS, desenvolvida pelo ObservaPICS, geram dados com 178 experiências em 26 estados. De acordo com o pesquisador Pedro Carlessi, 129 serviços foram caracterizados no primeiro semestre de 2025. “Dessa lista, não conseguimos contato com 49 municípios apesar da adoção de uma metodologia abrangente, executada por três entrevistadoras dedicadas exclusivamente a essa função”, detalha Carlessi.

Dois aspectos emergiram desse processo, completa o colaborador do ObservaPICS. “O primeiro é a obsolescência dos canais de comunicação disponibilizados pelas prefeituras. Em muitos casos, os números oficiais estavam desatualizados ou simplesmente inoperantes, dificultando o acesso aos interlocutores responsáveis. O segundo refere-se ao perfil dos sujeitos priorizados nesta etapa: buscamos entrevistar aqueles diretamente envolvidos na implantação dos serviços, ou seja, profissionais com maior margem de discricionariedade nas decisões, que atuam como tradutores das diretrizes na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em ações concretas, isso é, entre normas institucionais, entendimentos e necessidades locais”, observa Pedro Carlessi.



Análise revela sobrecarga dos trabalhadores do SUS

Uma das primeiras constatações feitas durante a escuta, na fase inicial do projeto, foi a sobrecarga de trabalho dos profissionais do SUS que implantaram ou coordenavam os serviços de plantas medicinais e fitoterapia. “Diversos entrevistados relataram dificuldades até mesmo para responder ao formulário que aplicamos, dado o acúmulo de funções. Essa constatação é central para o debate que se seguirá: torna-se praticamente inviável sustentar a implementação dos serviços sem profissionais especificamente dedicados a essa função”, descreve Pedro Carlessi. O pesquisador lembra que “a forma como a fitoterapia foi regulada no Brasil exige domínio de saberes múltiplos, que vão da agronomia e farmácia à assistência social e saúde indígena”. Segundo ele, são essas “áreas pouco integradas na formação em saúde, o que impõe demandas de tempo e dedicação incompatíveis com a realidade de profissionais já sobrecarregados.”

Outros fatores, estruturais, geraram também preocupação. Um deles é a “flagrante privatização que caracteriza hoje a Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil”. Sem vínculos estatutários, explica Carlessi, “torna-se difícil compatibilizar as especificidades da PNPMF com a precariedade dos contratos firmados por meio de organizações sociais”. O segundo fator negativo faz referência aos efeitos que a terceirização tem produzido nos municípios: “Muitas vezes, a organização social contratada permanece, mas o gestor da farmácia viva é substituído”. A rotatividade



Fiocruz Mata Atlântica (RJ)/ Foto: Gutemberg Brito/Fiocruz.

“inverte prioridades definidas anteriormente e gera instabilidade institucional, fragilizando os implementadores que se veem obrigados a executar ou abandonar planos pactuados por gestões passadas sem clareza sobre continuidade ou compromisso político”, avalia Pedro Carlessi.

O primeiro relatório gerado pelo Ativa Farmácia Viva informa que entre 2012 e 2024, o Ministério da Saúde investiu cerca de R\$ 77 milhões em 159 projetos de fitoterapia, por meio de editais de financiamento coordenados pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. “Apesar desse esforço, os dados analisados indicam baixa efetividade das farmácias vivas na dispensação regular de fitoterápicos, enquanto parcela significativa dos projetos apresenta descontinuidade ou inadequações. A análise evidencia que os entraves à consolidação da política não se restringem a aspectos técnicos, mas estão relacionados a fragilidades na governança federativa, em especial à limitada atuação das Secretarias Estaduais de Saúde na coordenação regional das iniciativas, resultando em fragmentação institucional e baixa sustentabilidade das ações nos territó-

rios”, diz o documento.

A análise dos dados gerados aponta que 42% dos projetos estão inadequados, parados ou devolveram recursos. “Identificou-se um elo perdido na governança, que é a ausência estratégica das secretarias estaduais de saúde (SES) na articulação entre a União e os municípios”. O problema estaria no modelo de fomento, que estabelece uma relação direta entre o Ministério da Saúde e os municípios, desconsiderando o papel fundamental das secretarias estaduais de saúde e a regionalização”, afirma Islândia Carvalho, coordenadora do ObservaPICS/Fiocruz e do projeto Ativa Farmácia Viva. De acordo com ela, a análise de sociogramas revelou “fragmentação com iniciativas isoladas e dependentes de repasses federais descontinuados, gerando baixa densidade institucional”. Em razão disso, ficam comprometidas a coordenação regional, o apoio técnico-político e a integração das farmácias vivas com as demais políticas de saúde no território, conclui.

Trabalho em rede



Oficina com estados e municípios/ Foto: ObservaPICS

A partir desse diagnóstico, a proposta é reestruturar a articulação interfederativa entre o governo federal, estados e municípios, migrando de um modelo centralizado para uma rede cogerida e integrada com centros de pesquisa e ensino, fortalecendo as capacidades locais e garantindo a sustentabilidade das ações com uma gestão pública estruturada.

Projetos-piloto, em três regiões do Brasil, estão sendo construídos no Amazonas, Pernambuco e no Rio Grande do Sul, estabelecendo modelos de rede com unidades de referência para apoiar os serviços destinados às comunidades.

Nessa construção, o projeto quer agregar à rede de saúde pública o conhecimento gerado pela sociedade civil, por meio de universidades, experiências associativas e comunitárias. Ainda em 2025 iniciaram-se as visitas de campo a farmácias vivas da saúde pública, instaladas em diferentes municípios, em instituições de ensino e pesquisa, como também aquelas mantidas por redes locais.

Para essa articulação, o Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde tem dado o nome de centros de referência, sinalizando como modelos diversos de articulação e governança, podendo oferecer, por exemplo, a capacitação das equipes das farmácias vivas, mudas e sementes com identificação botânica validada, material técnico, atendimento para controle de qualidade, articulação com movimentos populares e ou de povos tradicionais, além de desenvolverem ações de salvaguarda da biodiversidade e de materiais genéticos de espécies vegetais (germoplasma).

Os territórios selecionados para a execução dos projetos-piloto atendem a proposta metodológica. No Amazonas a proposta é fortalecer uma experiência única, a Farmácia Viva de Manaus, em articulação com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o desafio de “estruturar a governança estadual a partir de um projeto singular, testando a criação de uma rede em um contexto de baixa densidade de iniciativas”, explica Victor Doneida, do Ministério da Saúde.

Em Pernambuco, o

foco é o modelo de rede. Há um conjunto de experiências em diferentes estágios, de projetos parados a iniciativas maduras como a Farmácia Viva Municipal em Afogados da Ingazeira, no Sertão. O desafio, nesse caso, é articular a rede estadual e, paralelamente, constituir um consórcio municipal entre as farmácias vivas existentes, promovendo apoio mútuo e superando a fragmentação hoje existente.

No Rio Grande do Sul, o foco é especificamente a articulação entre estado e municípios. Dos Pampas à Serra Gaúcha, há uma diversidade de serviços públicos de fitoterapia, consolidados por meio de uma política estadual publicada antes da PNPMF. O desafio do projeto será a criação de um modelo de governança que integre esses serviços, preservando a diversidade sem perder de vista a articulação no contexto de uma política pública consolidada.



Reunião técnica com pesquisadores / Fotos: ObservaPICS.



Farmácia Viva de Fortaleza (CE)/Foto: Divulgação

Projeto visita experiências com apoio acadêmico e de saber popular em diferentes regiões

Em paralelo à escuta dos profissionais de saúde, o projeto Ativa Farmácia Viva visitou serviços de fitoterapia do SUS e experiências ligadas a universidades e centros de pesquisa. Ao longo de 2025 foram conhecidas, pela equipe de pesquisadores, farmácias vivas e outros projetos de fitoterapia no Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em Jardinópolis (SP), foi acompanhado o Projeto Farmácia da Natureza, durante capacitação em Farmácias Vivas. Compreender as expectativas, facilitadores, potenciais e dificuldades foram os objetivos da atividade realizada.

No Ceará, um dos focos foi o Núcleo de Fitoterapia (Nufito), do governo do estado, que dispõe de equipe para suporte técnico aos municípios. Conta com horto e estrutura para beneficiamento das plantas medicinais, mas ainda com atividades inativas. Outra experiência observada, a Farmácia Viva Maria Lúcia Fernandes, tem 34 anos de funcionamento e foi desenvolvida em uma unidade da prefeitura que funciona em anexo à Universidade de Fortaleza (Unifor), da rede privada. O projeto forma equipes, desenvolve pesquisa, oferece suporte ao estágio do curso de farmácia da Unifor e produção de fitoterápicos.

Equipe do ObservaPICS esteve também no Mato Grosso do Sul, visitando a secretaria estadual de saúde e a farmácia viva instalada no campus da Universidade Federal naquele estado (UFMS), parceira do projeto estadual. As instalações estão sendo estruturadas e compreendem tanto o cultivo de plantas,

como a preparação de medicamentos. Há projetos com comunidades indígenas, que incluem infraestrutura de beneficiamento primário (secagem) adaptada à realidade local. O núcleo atua em parceria com as Universidades Federal e Estadual do Ceará e outras duas privadas (UniLa e Ufor).

No território fluminense, a visita foi ao setor agroecológico do Centro de Inovação de Geodiversidade de Saúde de Farmanguinhos, na Fiocruz, espaço conhecido como Fiocruz Mata Atlântica. Acompanhados por Jefferson Pereira, apoiador do Ativa Farmácia Viva e coordenador do sistema nacional das RedesFito, pesquisadores do ObservaPICS conheceram a estrutura de produção agroecológica de plantas medicinais, de fitomedicamentos e de outros produtos desenvolvidos à base de plantas.

“Estamos observando como as farmácias vivas estabelecem relações com instituições parceiras. Nessa visita à Fiocruz Mata Atlântica, estamos conhecendo uma das instituições que é parceira de diversas farmácias vivas nas suas diferentes etapas de execução das atividades”, explica Pedro Carlessi.

O foco, acrescenta, “é o cultivo de plantas medicinais e a distribuição dessas matrizes para as farmácias vivas que têm acordos de cooperação com a Redesfito, como também a identificação taxonômica dessas plantas utilizadas pelas diferentes farmácias vivas do Brasil”.

Em Pernambuco, o grupo técnico do projeto visitou o casal Celerino Carriconde e Diana Mores, ele médico e ela enfermeira, que desenvolveram projetos de valorização da organização comunitária, do saber tradicional e educação em saúde com cultivo e uso racional e plantas medicinais entre os anos de 1980 e 2010. Juntos, fundaram o Centro Nordeste de Medicina Popular, em Olinda.



Farmácia Viva de Fortaleza (CE)/Foto: Divulgação.



Visita a Celerino Carriconde (PE)/
Foto: ObservaPICS.



CHAMADA DE ARTIGOS PARA NÚMERO
ESPECIAL DA SAÚDE EM DEBATE
'PLANTAS MEDICINAIS, FITOTERÁPICOS
E A DISPUTA PELO COMUM NA AMÉRICA
LATINA'

Saúde em Debate com edição especial sobre plantas medicinais

Uma edição especial da *Revista Saúde em Debate* sobre “Plantas medicinais, fitoterápicos e a disputa pelo comum na América Latina” está em preparação pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). Os interessados em participar devem submeter o conteúdo até 31 de março de 2026. São aceitas produções em português, espanhol e em inglês.

Podem participar artigos científicos, ensaios, entrevistas e relatos de experiências nos serviços de saúde ou projetos em comunidades e grupos tradicionais acerca de fitoterápicos e plantas medicinais. A edição está sendo coordenada numa parceria do Cebes com o Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde da Fiocruz, com apoio do Movimento Saúde dos Povos.

“O foco da publicação é propiciar reflexão e debate sobre os processos de institucionalização de plantas medicinais e fitoterápicos, assim como dos diversos conhecimentos e práticas de cura que os mobilizam nos sistemas de saúde latino-americanos”, explica o pesquisador colaborador do ObservaPICS, Pedro Carlessi.

A ideia, segundo ele, “é evidenciar especialmente as tensões, alianças e bifurcações que emergem na interseção entre a agenda farmacêutica, a saúde pública e os (des)caminhos da consolidação de direitos coletivos na região”. O uso da fitoterapia, que fortalece a cidadania e autonomia de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, é um dos questionamentos que podem ser retratados na edição, por exemplo. Os eixos temáticos aceitos são institucionalização, políticas públicas e disputas regulatórias, identidade, pertencimento e reconhecimento, cidadania e ação coletiva, além de direitos da sociobiodiversidade.

Pesquisadores, docentes, estudantes de pós-graduação, profissionais que desenvolvem projetos técnicos ligados ao SUS e a agroecologia, e comunitários, assim como integrantes de movimentos sociais podem se inscrever.

Para saber mais detalhes sobre o processo de seleção e os critérios de publicação, acesse o link <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/announcement/view/63>.



Foto: Divulgação.

ENTREVISTA | Leonardo Matos

“Cresce o interesse internacional pelo reconhecimento dos saberes populares e ancestrais”

Leonardo Matos é coordenador do Movimento Pela Saúde dos Povos. Ele explica a importância de uma publicação sobre fitoterapia e plantas medicinais aberta não só a cientistas, mas a todos que produzem ou resgatam conhecimentos nessa temática, como é o objetivo da edição especial da Revista Saúde em Debate.

Boletim Evidências – Qual a importância dessa publicação da *Revista Saúde em Debate* sobre fitoterapia, que vai além da comunicação científica e abrange experiências de movimentos sociais com o tema?

LEONARDO MATOS – *A importância é grande. A fitoterapia e o uso de plantas de medicinais não é um tema novo para nós, no Brasil, em primeiro lugar pela força que os conhecimentos ancestrais têm na formação da sociedade brasileira e nas práticas populares de saúde. Em segundo lugar porque o Brasil, através do SUS, tem sido pioneiro*

e inovador na implementação de políticas como a PNPICS, as farmácias vivas, e mesmo na regulamentação sanitária dos fitoterápicos. Mas, ainda que existam alguns avanços, essas políticas ainda têm ocupado um lugar periférico nos debates sobre a política nacional de saúde. E muitas vezes tais temas têm sido tratados de forma isolada dos movimentos sociais, das comunidades e das práticas concretas de uso das plantas medicinais, ou a partir de uma perspectiva que busca submeter a autonomia sobre o uso e aplicação desses conhecimentos à normatização biomédica, econômica e sanitária convencional pelo Estado. Então, o debate promovido pelo número temático é fundamental para pensar o reconhecimento de direitos e a implementação de políticas de saúde interculturais.

BOLETIM EVIDÊNCIAS – Por que agregar, aprofundar o conhecimento sobre plantas medicinais, incluindo o saber de povos tradicionais, contribui para a saúde global?

LEONARDO MATOS – Na última década há um crescente interesse internacional sobre como reconhecer e incorporar os saberes e populares e ancestrais – entre eles o uso de plantas medicinais – às políticas de saúde e aos sistemas de saúde. Isso por uma série de razões, como a busca por políticas mais adequadas às culturas locais, a compreensão do caráter colonial da biomedicina que hierarquiza epistemologias e conhecimentos, e pelo reconhecimento da centralidade de agentes territoriais e comunitários organizados na promoção da saúde. Nesse sentido, trata-se de um tema muito relevante, especialmente para países do Sul Global. Existem muitas lições dos países latino-americanos que ainda precisam ser mais bem trabalhadas e compartilhadas. Também existem muitas experiências na Ásia e na África que simplesmente desconhecemos. O fortalecimento desse debate é fundamental para pensar a saúde desde o Sul e em sistemas de saúde universais e interculturais no século XXI.

BOLETIM EVIDÊNCIAS – O que é o Movimento Pela Saúde dos Povos e o que deseja em 2026?

LEONARDO MATOS – O Movimento Pela Saúde dos Povos é um movimento social internacional ou uma articulação de redes de organizações, movimentos de todo o mundo reunidos em torno da defesa do direito universal à saúde e da defesa de saúde para todas e

“O fortalecimento desse debate é fundamental para pensar a saúde desde o Sul e em sistemas de saúde universais e interculturais no século XXI.”



para todos em todo o planeta. O movimento fez 25 anos em 2025, foi fundado em 2000 em Sávar, Bangladesh, quando foi realizada a primeira Assembleia Mundial da Saúde dos Povos, evento que reuniu movimentos sociais, organizações da sociedade civil e outras entidades, redes que lutavam pelo direito à saúde em diversas partes do mundo, em todos os cinco continentes. Em 2000 esses movimentos se juntaram, diagnosticaram a necessidade de que houvesse uma organização internacional que pudesse representar em nível global a luta pelo direito à saúde e articulasse esse conjunto de atores em torno da bandeira da saúde para todos e para todas. O movimento tem atuação hoje em mais de 60 países, principalmente do Sul Global. Consideramos que a saúde é determinada socialmente, que as relações capitalistas de produção e que o capitalismo como um todo é um modelo econômico e social que gera enormes desigualdades, exclusão e que prejudica a saúde, danifica a saúde de pessoas de todas as regiões do mundo, especialmente as mais vulneráveis, e que por isso a luta precisa ser organizada de forma coletiva para fazer frente e criar alternativas políticas para que de fato o direito à saúde seja uma realidade no mundo. O Movimento pela Saúde dos Povos, no ano de 2026, vai continuar trabalhando com uma série de temas, como sistemas de saúde, soberania alimentar e nutricional, justiça de gênero e saúde, as relações entre guerras, conflitos e o direito à saúde, a relação entre a crise ambiental, a crise climática e a saúde. Todos esses temas são trabalhados ao longo dos anos em diversas campanhas, em diversos espaços, em diversas iniciativas e no ano de 2026, em especial, o Movimento vai se dedicar à organização de uma campanha internacional junto com diversas outras organizações e movimentos sociais, de fora do campo da saúde, inclusive, contra a privatização e a financeirização dos direitos e da vida, em defesa dos direitos sociais. Então é mais ou menos essa a agenda do Movimento Pela Saúde. Além disso, também temos pautado muito a defesa da soberania dos povos e das nações contra as agressões internacionais e contra o imperialismo, que tem se fortalecido cada vez mais nesses últimos tempos, e ao mesmo tempo também atuamos pelo reconhecimento dos saberes ancestrais e de todos os povos originários do planeta.



Imagem: Reprodução.

Aplicativo informa e educa profissionais de saúde sobre Pics

Por Andreia Azevedo

Com o crescimento do interesse e da presença das Pics no SUS, a formação dos profissionais de saúde, em especial dos médicos, é crucial para uma atenção mais integral e plural, bem como para a ampliação da oferta à população. É nesse cenário que surge o MedPICS, um aplicativo educativo desenvolvido no âmbito da tese de doutorado *Conectando saberes: As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no ensino médico com apoio de um aplicativo educativo*, de Andreia Azevedo, no Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz)

A pesquisa que deu origem ao app investigou a presença das Pics na formação médica no Brasil e contou com entrevistas a estudantes e docentes de medicina. Os achados indicaram uma lacuna importante: apenas 19,5% das escolas médicas brasileiras oferecem disciplinas sobre Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Ao mesmo tempo, estudantes demonstraram atitudes positivas, interesse e demanda por mais treinamento e

por estratégias que incluam atividades práticas e acesso a evidências científicas, apesar de persistirem barreiras culturais e estruturais.

Oferecendo uma introdução ampla e abrangente sobre as Pics, o MedPICS foi avaliado no estudo e foi percebido como ferramenta com potencial para promover o aprendizado e a motivação. Pioneiro no país, o aplicativo é apresentado como o primeiro aplicativo educativo brasileiro sobre as Pics baseado em pesquisa acadêmica, em teorias de aprendizagem contemporâneas, com todo conteúdo fundamentado em evidências científicas. Disponibilizado gratuitamente, pode beneficiar não apenas estudantes e professores de medicina, mas também outros profissionais de saúde em todas as regiões do país. São duas versões: uma para Android <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.domenicodejesus.MedPICS> e outra na Web <https://medpics.vercel.app/index.html> para atender todos os sistemas.

Andreia Azevedo é assessora da direção do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz).



Foto: Divulgação.

Medicina Tradicional Afro-brasileira: reconexão de conhecimentos e práticas ancestrais

Foto: Divulgação.

Por Rafael Dall’Alba

O projeto *Medicina Tradicional Afro-Brasileira – Análise das tecnologias do cuidado no contexto da integralidade*, desenvolvido no âmbito do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (ObservaPICS/Fiocruz), é uma iniciativa voltada ao reconhecimento, à escuta qualificada e à valorização das tecnologias de cuidado produzidas por povos e comunidades de matriz africana no Brasil.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de vivências e articulação nos territórios, revisão conceitual da literatura e diálogo com atores estratégicos da agenda das medicinas tradicionais. Trata-se de um movimento que busca reconectar saberes ancestrais aos cotidianos do cuidado, reconhecendo práticas historicamente produzidas nas diásporas africanas e no Brasil, muitas vezes invisibilizadas ou marginalizadas nos sistemas

formais de saúde. Ao colocar esses saberes em circulação, o projeto contribui para ampliar as formas de compreender e produzir cuidado no SUS.

O ObservaPICS/Fiocruz atua como um espaço de produção coletiva de conhecimento, apoio à pesquisa, disseminação de evidências e articulação com políticas públicas que integram saberes tradicionais, práticas integrativas e experiências territoriais de cuidado. Nesse contexto, o

projeto reafirma a centralidade dos territórios, das comunidades e de seus modos próprios de cuidar como fontes legítimas de conhecimento em saúde.

Resgatar, fortalecer e dar visibilidade às compreensões de saúde e bem-estar das comunidades tradicionais de matriz africana são ações de profunda relevância epistemológica, política e ética. Esses saberes, atravessados por cosmologias, práticas medicinais, rituais, vínculos comunitários e modos de vida, ampliam a noção de saúde para além do modelo biomédico hegemônico. Reconhecê-los é enfrentar a invisibilidade histórica desses conhecimentos e afirmar sua contribuição para a saúde individual, coletiva e comunitária. Trata-se também de um compromisso com a equidade, o pluralismo terapêutico e com um projeto de saúde antirracista e anticolonial, que aproxima o SUS da diversidade sociocultural que compõe o Brasil.

Fortalecer a integração de saberes das comunidades de matriz africana, terreiros, quilombos e outras tradições exige estratégias que articulem pesquisa participativa, documentação ética, proteção dos direitos coletivos e incorporação nas políticas públicas. Isso implica reconhecer o protagonismo dessas comunidades na produção de conhecimentos sobre saúde; criar espaços permanentes de diálogo intercultural com profissionais e gestores; apoiar processos formativos sensíveis às racionalidades tradicionais; e garantir que essas práticas sejam consideradas nos planejamentos locais e nacionais de saúde.

“

Resgatar, fortalecer e dar visibilidade
às compreensões de saúde e bem-estar
das comunidades tradicionais de matriz
africana são ações de profunda relevância
epistemológica, política e ética.

”

A pesquisa colaborativa, especialmente por meio de plataformas abertas como o ObservaPICS/Fiocruz, possibilita mapear, analisar e compartilhar saberes tradicionais com respeito às suas dimensões culturais, espirituais e territoriais. Ao mesmo tempo, políticas públicas que dialogam com esses saberes contribuem para sua preservação, proteção e legitimidade institucional, fortalecendo o cuidado integral. Nesse sentido, o projeto convoca a revisitar e atualizar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a partir da realidade dos territórios e dos saberes tradicionais, avançando na incorporação efetiva das medicinas tradicionais no SUS. Embora a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) tenha ampliado a compreensão de saúde ao incluir práticas complementares e integrativas, ainda persistem desafios para o reconhecimento pleno das Medicinas Tradicionais no sistema de saúde.



Rafael Dall'Alba é pesquisador, consultor da Opas/OMS para Medicinas Tradicionais e Integrativas e colaborador do ObservaPICS/Fiocruz.



O projeto dialoga diretamente com a Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre Medicina Tradicional (2025–2034), que orienta os países a integrem medicinas tradicionais, complementares e integrativas aos sistemas nacionais de saúde de forma centrada na pessoa, baseada em evidências e respeitosa da diversidade cultural. O ObservaPICS/Fiocruz participou da mais recente Cúpula Global da OMS sobre MTCTI, realizada na Índia, contribuindo para o intercâmbio com atores da medicina tradicional, especialmente de países africanos.

Ao fortalecer o conceito de Medicinas Tradicionais dos Povos de Matriz Africana, o projeto contribui para tecer caminhos concretos de articulação entre esses saberes e o projeto civilizatório do SUS, reafirmando a integralidade, a diversidade e o direito à saúde como valores fundamentais.



Fotos: Mostra Alagoas/Divulgação.

Saúde e Bem Viver inova formação no cuidado integral

A segunda oferta do curso *Saúde e Bem Viver – Cuidado integral para a saúde mental*, coordenado nacionalmente pelo ObservaPICS, caminha para seu encerramento após a conclusão das atividades em oito estados — Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí e Mato Grosso. Em São Paulo, o ciclo formativo terminará com duas mostras de projetos de intervenção (PIs), programadas para abril e maio de 2026, marcando a conclusão de uma iniciativa voltada ao fortalecimento do cuidado integral na Atenção Primária à Saúde (APS). A proposta articula as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) a outros modelos de intervenção que ampliam o olhar para além da abordagem biomédica.

A formação é uma iniciativa do Núcleo Técnico de Gestão da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (NTG-PNPIC), do Ministério da Saúde, e alcançou, nas duas ofertas, 17 estados brasileiros. A primeira contemplou Acre, Maranhão, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesta segunda oferta, nove estados reuniram 2.432 estudantes, de 494 municípios, acompanhados por 92 tutores, que atuaram como docentes em uma formação de 120 horas/aula. Somadas as duas edições, o curso totaliza 4.018 participantes, 846 municípios, 172 tutores e mais

de 720 Projetos de Intervenção (PIs) — número que ainda será ampliado com os trabalhos de São Paulo.

Os PIs correspondem ao trabalho de conclusão do curso e são desenvolvidos na terceira etapa, “Agir no território”, quando equipes realizam análise crítica do cuidado em saúde em seus contextos e elaboram propostas para qualificar a assistência, considerando experiências práticas, reflexões teóricas e características sociais, demográficas e culturais locais. Essa etapa sucede “Cuidar de si” e “Agir em equipe”, momentos que estruturam a formação ao integrar autocuidado, trabalho coletivo e transformação das práticas no território.

Assim como na primeira edição, as mostras de projetos ocorreram de forma presencial e on-line e contaram com a participação de integrantes do ObservaPICS. Da equipe pedagógica do Saúde e Bem Viver, Flávia Reis acompanhou três delas (Alagoas, Ceará/Fortaleza e Piauí) e destacou a qualidade das apresentações. Segundo ela, a organização temática das salas, como ocorreu em Fortaleza, favoreceu a integração entre participantes a partir das realidades vividas em seus territórios, fortalecendo o debate e a troca de experiências.

Flávia ressaltou ainda a diversidade de práticas integrativas presentes nos projetos e sua conexão com problemas reais de saúde, evidenciando as Pics como ferramentas de produção de cuidado. Outro aspecto recorrente, já observado na primeira oferta, foi o curso como espaço de cuidado para os próprios trabalhadores da saúde, especialmente no estímulo ao autocuidado, dimensão pouco contemplada em formações tradicionais.

Pesquisadora do ObservaPICS e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), Inês Reis participou da mostra do Espírito Santo, realizada em dezembro, com cerca de 200 participantes. Ela enfatizou o ambiente acolhedor do evento, que valorizou o cuidado com os profissionais e a cultura local, com iniciativas como o Cantinho do Descanso — com auriculoterapia, reiki, musicoterapia e aquarela — e a participação de um grupo de Congo no encerramento.

Também chamou atenção para a criatividade e diversidade das práticas desenvolvidas durante o curso, incluindo auriculoterapia, fitoterapia, horta medicinal e Terapia Comunitária Integrativa (TCI), além de tecnologias



leves voltadas à promoção da saúde e ao fortalecimento das relações de trabalho. “O Bingar, um jogo de bingo para promoção da saúde mental (direcionado para mães de crianças neurodivergentes); a Rotela da Saúde, com um espelho no centro para pessoa se ver quando lesse o que a roleta apontava após ser girada; o Círculo das Relações em que davam visibilidade ao que achavam que estava desgastado, em construção e saudável nas relações de trabalho. E teve a Árvore dos Bons Sentimentos, onde a equipe escrevia o que sentia, facilitando o entrosamento e empatia; dentre outras apresentações”, relatou Inês.

Para a coordenadora pedagógica do Saúde e Bem Viver no Espírito Santo, Fabíola Bersot, a formação possibilitou o resgate do autocuidado e proporcionou uma experiência potente de articulação entre formação, serviço e território. De acordo com ela, o curso favoreceu a aproximação entre profissionais alinhados a uma abordagem que reconhece o ser humano em sua integralidade, fortalecendo práticas de cuidado mais sensíveis, colaborativas e centradas na vida cotidiana da Atenção Primária.

“Ao longo de duas ofertas, o Saúde e Bem Viver consolidou uma estratégia de formação voltada à qualificação do cuidado na APS, com foco na integralidade, na valorização dos saberes e na ampliação das PICS nos territórios. Ao articular formação, serviço e comunidade, a iniciativa deixa como legado projetos, experiências e redes de cuidado que seguem em desenvolvimento nos municípios participantes, reforçando a aposta em modelos de atenção mais humanizados, colaborativos e centrados nas necessidades reais da população”, avalia a coordenadora do ObservaPICS/Fiocruz, a pesquisadora Islândia Carvalho.





5º Congrepics reunirá na Bahia discussões sobre 20 anos de política nacional

Com a perspectiva de reunir um público de 1.500 pessoas, entre trabalhadores que atuam com Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, pesquisadores e atores políticos, o 5º Congresso Nacional de PICS será sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), na capital baiana, em maio de 2026. Conforme os organizadores, o evento deve marcar os 20 anos da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) e servir de palco também para discussões internacionais.

“Nossa expectativa é a de fortalecimento da Rede PICS Brasil e das redes estaduais de atores em práticas integrativas, como as da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e de Santa Catarina. Está se formando a Rede PICS Goiás e há outros grupos no Nordeste e em Minas Gerais. Assim, são fortalecidos os atores sociais, as pessoas que trabalham com as práticas integrativas, sejam elas formadoras (universidades e centros de pesquisa), mas também, principalmente, conectando essas instituições todas com a ponta, com quem está trabalhando

pelas práticas integrativas no SUS”, afirma Renata Roseghini, da comissão organizadora do Congrepics.

O evento, explica, é a oportunidade de conectar diferentes atores das práticas integrativas no SUS, trabalhadores, gestores, sejam eles das unidades de saúde, de hospitais, de secretarias municipais, estaduais ou do Ministério da Saúde, e representações institucionais outras, como da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/OMS), assim como articuladores de fóruns de controle social e frentes parlamentares. “É um evento para juntar essas pessoas, abraçar, celebrar e fortalecer a implementação da política nacional, por meio de ideias, ações e parcerias”, argumenta Renata.

Além de espaço político, o congresso tem sua parte científica, que se consolida a cada ano, com relatos de experiências e apresentação de resultados de estudos, promovendo uma troca entre o campo prático da saúde e da ciência. “A cada edição a gente tem um número maior de trabalhos sendo submetidos, apesar de a pesquisa em práticas integrativas ainda ser um pouco tímida no Brasil, por falta de investimento dos órgãos de fomento”, lembra. O ObservaPICS apoia a realização do congresso e participa da comissão científica do evento.

Saiba mais no site do evento: www.5congrepics.ufba.br



Imagens: Reprodução RedePICS Brasil.



@observapics



@observapicsfiocruz



OBSERVAPICS

**Observatório Nacional de Saberes e
Práticas Tradicionais, Integrativas e
Complementares em Saúde**

